Apresentação: 12/03/2024 16:44:24.053 - CASF

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2024

(Da Sra. SÂMIA BOMFIM)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema "As mobilizações dos servidores técnico-administrativos de universidades federais e de institutos federais por reajuste salarial".

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública para debater o tema "As mobilizações dos servidores técnico-administrativos de universidades federais e de institutos federais por reajuste salarial", com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Sandro Pimentel, Representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA SINDICAL;
- Representante do ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;
- 3. Representante do **FONASEFE**, Fórum das Entidades Nacionais dos servidores Públicos Federais:
- Representante do SINASEFE, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica;
- 5. Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos **DIEESE**;
- Representante do Ministério Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI.





## **JUSTIFICAÇÃO**

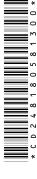
Nesta semana, servidores técnico-administrativos de mais de cinquenta universidades e institutos federais começaram a se mobilizar em todo o país para decidir sobre adesão à paralisação de prestação de serviços, enquanto mais de trinta deliberaram por deflagrar a greve já no dia de ontem (11/03/2024).

Há um motivo centralizador para a mobilização desses servidores: a necessidade urgente da reposição de perdas salariais. Todavia, os motivos causadores da paralisação dos servidores abarcam também diversas e legítimas lutas: o precarização das condições de trabalho e o subfinanciamento das universidades federais, institutos federais e CEFETs, melhoria nas condições de trabalho, retirada de tramitação da PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), revogação das normativas que dificultam o direito à insalubridade, bem como a ausência de resposta do governo às propostas apresentadas pelas entidades representativas. Aliado a isso, também prepondera o fato de que, de acordo com estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 100% das universidades federais receberam, entre 2010 e 2022, valores inferiores ao necessário para manter o patamar de despesas por matrículas.

Por se tratar de assunto de relevante interesse no âmbito da Câmara dos Deputados e, especificamente, desta Comissão temática, contamos com o apoio das e dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 12 de março de 2024.

Deputada SÂMIA BOMFIM PSOL/SP





Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248180581300